

# ENCICLOPÉDIA



## 1. MEMÓRIA-HISTÓRIA

EINAUDI

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

# Enciclopédia Einaudi

volume 1

Memória - História

*Director*  
Ruggiero Romano

*Consultores do projecto*  
Alfredo Salsano, Giorgio Bertoldi, Alessandro Fontana,  
Jean Petitot, Massimo Piattelli Palmarini, Massimo Galuzzi,  
Fernando Gil, Krzysztof Pomian, Giuseppe Geymonat,  
Giuseppe Papagno, Gian Paolo Caprettini, Renato Betti,  
Giulio Giorello, Clemente Ancona.

EDIÇÃO PORTUGUESA

*Coordenador-responsável*  
Fernando Gil

*Secretariado*  
Suzana Ferreira Borges, Vasco Rosa,  
Leonor Rocha Vieira

*Orientação gráfica*  
Gabinete Editorial da IN-CM

© 1984 Imprensa Nacional-Casa da Moeda

## ÍNDICE

- 11 Memória (Jacques Le Goff)
- 51 Coleção (Krzysztof Pomian)
- 87 Fóssil (Jacques Barrau)
- 95 Documento/monumento (Jacques Le Goff)
- 107 Ruína/restauro (Carlo Carena)
- 130 Atlas (Ugo Tucci)
- 158 História (Jacques Le Goff)
- 260 Calendário (Jacques Le Goff)
- 293 Passado/presente (Jacques Le Goff)
- 311 Idades míticas (Jacques Le Goff)
- 338 Progresso/reacção (Jacques Le Goff)
- 370 Antigo/moderno (Jacques Le Goff)
- 393 Decadência (Jacques Le Goff)
- 425 Escatologia (Jacques Le Goff)
  
- 459 Plano da obra
- 460 Gráfico

*Traduções*

Bernardo Leitão e Irene Ferreira (Memória),  
Irene Ferreira (Antigo/moderno, Decadência, Escatologia,  
História, Idades míticas, Passado/presente, Progresso/reacção),  
Mário Feliciano e Teresa Bento (Ruína/restauro),  
Suzana Ferreira Borges (Atlas, Calendário, Colecção,  
Documento/monumento, Fóssil).

## NOTA DO EDITOR

Na sua versão original, esta *Enciclopédia* dispõe-se alfabeticamente, de «Ábaco» até «Zero», num total de 553 entradas em 14 volumes. A *Enciclopédia* foi porém concebida tematicamente, na forma de 79 conjuntos de entradas. No fim de cada um dos volumes da presente edição, o leitor encontrará o gráfico da obra, tal como ela se distribui pelos conjuntos temáticos: os conceitos sublinhados — chamados *portanti* na edição italiana, quer dizer, «portadores» do conjunto — correspondem aos títulos dos nossos volumes. Com efeito, na edição portuguesa os conjuntos foram reagrupados, segundo um critério de proximidade conceptual, num *corpus* de 41 volumes. Seguir-se-lhes-ão dois outros que correspondem ao vol. 15 da edição italiana (Sistemática). Neles se apuram as correlações internas e as grandes linhas de fundo da *Enciclopédia*.

Após cada artigo, um pequeno texto, da responsabilidade da redacção da *Enciclopédia*, demarca a problemática global respectiva; nesse texto, as palavras em itálico são designações de outras entradas da obra. Todos os artigos propõem assim itinerários de leitura — diferentes em cada caso — através do *corpus*. Não se trata, naturalmente, de recomendações rígidas de leitura, mas tão-só de indicações, que sugerem ao mesmo tempo os encadeamentos na base da *Enciclopédia*; e convidam também o leitor a construir os seus próprios percursos. A circulação dos conceitos está ainda assinalada por um sistema de referências cruzadas dentro das próprias entradas.

Os nomes de autores que figuram no texto dos artigos entre parênteses rectos, assim como as datas entre parênteses rectos que se seguem aos nomes dos autores, reenviam aos dados bibliográficos completos no fim de cada entrada. Estes dados bibliográficos referem-se unicamente às obras citadas ou mencionadas no corpo dos artigos: não são de modo algum bibliografias. Os títulos das obras em italiano, francês, inglês, espanhol, citadas no corpo dos artigos, são indicados na língua original. Quanto às obras em alemão, russo, árabe, chinês, etc., menciona-se no texto do artigo o título em português, seguido pelo título original entre parênteses curvos, se não se reenvia aos dados bibliográficos; se porém tal reenvio é feito, o título original achar-se-á nesses dados. No que se refere aos clássicos gregos e latinos limitámo-nos a dar o título em português no corpo do artigo, com as indicações necessárias para identificar os passos citados. As palavras em hebreu, grego, árabe, etc., foram transliteradas.

As datas entre parênteses rectos nos dados bibliográficos são as da composição da obra ou representam uma referência cronológica diversa da 1.<sup>a</sup> edição (que figura, com indicação do autor e do lugar de publicação, depois do título), por exemplo no caso das obras póstumas.



## MEMÓRIA

O conceito de memória é crucial. Embora o presente ensaio seja exclusivamente dedicado à memória tal como ela surge nas ciências humanas (fundamentalmente na história e na antropologia), e se ocupe mais da memória colectiva que das memórias individuais, importa descrever sumariamente a nebulosa memória no campo científico global.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas.

Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria [cf. Meudlers, Brion e Lieury 1971; Florès 1972].

Certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social [cf. Morin e Piattelli Palmarini 1974].

A noção de aprendizagem, importante na fase de aquisição da memória, desperta o interesse pelos diversos sistemas de educação da memória que existiram nas diversas sociedades e em diferentes épocas: as memnotécnicas.

Todas as teorias que conduzem de algum modo à ideia de uma actualização mais ou menos mecânica de *vestígios* mnemónicos foram abandonadas, em favor de concepções mais complexas da actividade mnemónica do cérebro e do sistema nervoso: «O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios» e os processos de releitura podem fazer intervir centros nervosos muito complexos e uma grande parte do córtex», mas existe «um certo número de centros cerebrais especializados na fixação do percurso mnésico» [Changeux 1972, p. 356].

O estudo da aquisição da memória pelas crianças permitiu assim constatar o grande papel desempenhado pela inteligência [cf. Piaget e Inheller 1968]. Na linha desta tese, Scandía de Schonen declara: «A característica das condutas perceptivo-cognitivas que nos parece fundamental é o aspecto activo e construtivo dessas condutas» [1974, p. 294], e acrescenta: «Podemos pois concluir que se desenvolveram ulteriores investigações que



tratam do problema das actividades mnésicas, integradas no conjunto das actividades perceptivo-cognitivas, no âmbito das actividades que visam organizar-se da mesma maneira na mesma situação ou adaptarem-se a novas situações. E talvez só pagando este preço compreenderemos um dia a natureza da recordação humana que impede tão prodigiosamente as nossas problemáticas» [*ibid.*, p. 302].

Descendem daqui diversas concepções recentes da memória, que põem a tónica nos aspectos de estruturação, nas actividades de auto-organização. Os fenómenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem «na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui».

Alguns cientistas foram assim levados a aproximar a memória de fenómenos directamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais.

Assim, Pierre Janet considera que o acto mnemónico fundamental é o «comportamento narrativo» que se caracteriza antes de mais pela sua *função social*, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objecto que constitui o seu motivo» [Florès 1972, p. 12]. Aqui intervém a «linguagem, ela própria produto da sociedade» [*ibid.*]. Assim, Henri Atlan, estudando os sistemas auto-organizadores, aproxima «linguagens e memórias»: «A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de facto uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar entreposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória» [1972, p. 461].

Ainda é mais evidente que as perturbações da memória que, ao lado da amnésia, se podem manifestar também ao nível da linguagem na afasia, devem em numerosos casos esclarecer-se também à luz das ciências sociais. Por outro lado, num nível metafórico mas significativo, do mesmo modo que a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo mas envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória colectiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade colectiva.

As ligações entre as diferentes formas de memória podem aliás apresentar caracteres não metafóricos, mas reais. Goody, por exemplo, observa: «Em todas as sociedades, os indivíduos detêm uma grande quantidade de informações no seu património genético, na sua memória a longo prazo e, temporariamente, na memória activa» [1977a, p. 35].

Leroi-Gourhan considera a memória em sentido lato e distingue três tipos de memória: memória *específica*, memória *étnica*, memória *artificial*: «Memória é entendida, nesta obra, em sentido muito lato. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base seja ela qual for sobre a qual se inscrevem as concatenações de actos. Podemos a este título falar de uma “memória específica” para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, de uma memória “étnica” que assegura a reprodução dos comporta-

mentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória “artificial”, electrónica na sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de actos mecânicos encadeados» [1964-65, p. 269].

Numa época muito recente, os desenvolvimentos da cibernética e da biologia enriqueceram consideravelmente, sobretudo metaforicamente e em relação com a memória humana consciente, a noção de memória. Fala-se da memória central dos computadores e o código genético é apresentado como uma memória da hereditariedade [cf. Jacob 1970]. Mas esta extensão da memória à máquina e à vida e, paradoxalmente, a uma e a outra conjuntamente, teve repercussões directas sobre as pesquisas dos psicólogos sobre a memória, passando-se de um estágio fundamentalmente empírico a um estágio mais técnico: «A partir de 1950, os interesses mudaram radicalmente, em parte por influência de novas ciências como a cibernética e a linguística, para tomarem uma opção mais teórica» [Disury, in Meudlers, Brion e Levry 1971, p. 789].

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afectividade, o desejo, a inibição, a censura, exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória colectiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva.

O estudo da memória social é um dos modos fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita e às fases de transição da oralidade à escrita, a que Jack Goody chama «a domesticação do pensamento selvagem».

Estudaremos pois sucessivamente: 1) a memória étnica nas sociedades sem escrita ditas «selvagens»; 2) o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade; 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; 4) os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; 5) os desenvolvimentos actuais da memória.

Este procedimento inspira-se no de Leroi-Gourhan: «A história da memória colectiva pode dividir-se em cinco períodos: o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação electrónica» [1964-65, p. 65].

Pareceu preferível, para valorizar melhor as relações entre a memória e a história que constituem o horizonte principal deste ensaio, evocar separadamente a memória nas sociedades sem escrita antigas ou modernas — distinguindo na história da memória, nas sociedades que têm simultaneamente memória oral e memória escrita, a fase antiga de

# Enciclopédia Einaudi

século XVII. A aprendizagem e a conservação dos segredos dos ofícios joga-se em cada uma das células sociais da etnia» [1964-65, p. 66]. Condominas [1965] encontrou nos Moi do Vietname central a mesma polarização da memória colectiva em torno dos tempos das origens e do herói mítico. A atracção do passado ancestral sobre a «memória selvagem» verifica-se também nos nomes próprios. No Congo, nota Balandier, depois do clã ter imposto ao recém-nascido um primeiro nome dito «de nascença», dá-lhe um segundo, mas oficial, que suplanta o primeiro. Este segundo nome «perpetua a memória de um antepassado ancestral — cujo nome é assim “desenterrado” — escolhido em função da veneração de que é objecto» [1965, p. 227].

Nestas sociedades sem escrita há especialistas da memória, homens-memória: «genealogistas», guardiões dos códices reais, historiadores da corte, «tradicionalistas», dos quais Balandier [1974, p. 207] diz que são «a memória da sociedade» e que são simultaneamente os depositários da história «objectiva» e da história «ideológica», para retomar o vocabulário de Nadel. Mas também «chefes de família idosos, bardos, sacerdotes», segundo a lista de Leroi-Gourhan que reconhece a esses personagens «na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo» [1964-65, p. 66].

Mas é necessário sublinhar que, contrariamente ao que em geral se crê, a memória transmitida pela aprendizagem nas sociedades sem escrita, não é uma memória «palavra a palavra». Goody provou-o estudando o mito do Bagre recolhido entre os LoDagaa do norte do Gana. Observou as numerosas variantes nas diversas versões do mito, mesmo nos fragmentos mais estereotipados. Os homens-memória, na ocorrência narradores, não desempenham o mesmo papel que os mestre-escola (e a escola não aparece senão com a escrita). Não se desenvolve em torno deles uma aprendizagem mecânica automática. Mas, segundo Goody, nas sociedades sem escrita não há unicamente dificuldades objectivas na memorização integral, palavra por palavra, mas também o facto de que «este género de actividade raramente é sentido como necessário»; «o produto de uma rememoração exacta» aparece nestas sociedades como «menos útil, menos apreciável que o fruto de uma evocação inexacta» [1977a, p. 38]. Assim, constata-se raramente a existência de procedimentos memnotécnicos nestas sociedades (um dos casos raros é o quipu peruano, clássico na literatura etnológica). A memória colectiva parece, portanto, funcionar nestas sociedades segundo uma «reconstrução generativa» e não segundo uma memorização mecânica. Assim, segundo Goody, «o suporte da rememorização não se situa ao nível superficial em que opera a memória da «palavra a palavra», nem ao nível das estruturas «profundas» que numerosos mitólogos encontram... Parece pelo contrário que o papel importante cabe à dimensão narrativa e a outras estruturas da história cronológica dos acontecimentos («événements») [ibid., p. 34].

Assim, enquanto que a reprodução mnemónica palavra a palavra estaria ligada à escrita, as sociedades sem escrita, exceptuando certas práticas de memorização *ne varietur*, das quais a principal é o canto, atribuem à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas.

Talvez esta hipótese explicasse uma notação surpreendente de César no *De Bello Gallico*. A propósito dos druidas gauleses junto dos quais muitos jovens vêem instruir-se, César escreve: «Aí, aprendem de cor, segundo o que se diz, um grande número de versos. Por isso, alguns permanecem vinte anos

nessa aprendizagem. Não crêem porém lícito transcrever os dogmas da sua ciência, enquanto que para as restantes coisas em geral, para as normas públicas e privadas, se servem do alfabeto grego. Parece-me que estabeleceram este uso por duas razões: porque não querem nem divulgar a sua doutrina nem ver os seus alunos negligenciar a memória confiando na escrita; porque acontece quase sempre que a ajuda dos textos tem por consequência um menor zelo em aprender de cor e uma diminuição da memória» [*De Bello Gallico*, VI, 14, 3-4].

Transmissão de conhecimentos considerados como secretos, vontade de manter em boa forma uma memória mais criadora que repetitiva; não estarão aqui duas das principais razões da vitalidade da memória colectiva nas sociedades sem escrita?

## 2. *O desenvolvimento da memória: da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade*

Nas sociedades sem escrita a memória colectiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a identidade colectiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa.

O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória colectiva. Desde a «Idade Média ao Paleolítico» aparecem figuras onde se propôs ver «mitogramas» paralelos à «mitologia» que se desenvolve na ordem verbal. A escrita permite à memória colectiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A memória assume então a forma de inscrição e suscitou na época moderna uma ciência auxiliar da história, a epigrafia. Certamente que o mundo das inscrições é muito diverso. Robert sublinhou a sua heterogeneidade: «São coisas muito diferentes entre si a runa, a epigrafia turca do Orkhon, as epigrafias fenícia ou neopúnica ou hebraica ou sabeana ou iraniana, ou a epigrafia árabe ou as inscrições khmer» [1961, p. 453].

No Oriente antigo, por exemplo, as inscrições comemorativas deram lugar à multiplicação de monumentos como as estelas e os obeliscos. Na Mesopotâmia predominaram as estelas onde os reis quiseram imortalizar os seus feitos através de representações figuradas acompanhadas de uma inscrição, desde o III milénio, como o atesta a estela dos Abutres (Paris, Museu do Louvre) onde o rei Eannatum de Lagash (cerca de 2470) fez conservar através de imagens e de inscrições a lembrança de uma vitória. Foram sobretudo os reis acádios que recorreram a esta forma comemorativa. A mais célebre das suas estelas é a de Narâm-Sin, em Susa, onde o rei quis que fosse perpetuada a imagem de um triunfo obtido sobre os povos do Zagros (Paris, Museu do Louvre). Na época assíria a estela tomou a forma de obelisco, tais como o de Assurbelkala (final do II milénio) em Ninive (Londres, British Museum) e o obelisco negro de Salmanassar III, proveniente de Nimrud, que imortaliza uma vitória do rei no país de Nousri (cerca de 892; Londres, British Museum). Por vezes o monumento comemorativo não possui inscrições e o